

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE
DE INVESTIGAR DENÚNCIAS E SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA
CONCESSÃO DO SEGURO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR
VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES – DPVAT**

REQUERIMENTO Nº , DE 2016.

(Do Sra. Raquel Muniz – PSD/MG)

Requer que seja convidado o Coronel Cesar Ricardo de Oliveira Guimarães – Comandante da 11ª Região da Polícia Militar de Minas Gerais, para prestar esclarecimentos perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nos termos do art. 36 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiro que seja convidado o Coronel Cesar Ricardo de Oliveira Guimarães – Comandante da 11ª Região da Polícia Militar de Minas Gerais, para prestar esclarecimentos perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Justificativa

O Ministério Público Estadual (MPE) em Minas ofereceu à Justiça uma série de denúncias criminais contra os integrantes de uma máfia acusada de fraudes no Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestre (DPVAT).

Dois meses depois da operação “Tempo de Despertar”, deflagrada pelo MPE e Polícia Federal (PF) em Minas, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, sete advogados, seis empresários, cinco policiais civis e três médicos vão responder pelos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidade de documento público, corrupção ativa e passiva, além de estelionato.

De acordo com as investigações, a quadrilha utilizava documentos forjados, como boletins de ocorrência e laudos médicos, para justificar acidentes

de trânsito. Em seguida, ações judiciais eram propostas para obter os pagamentos das indenizações. Dessa forma, foram desviados os recursos do DPVAT “em escala industrial” por pelo menos cinco anos.

Tendo em vista que a referida operação iniciou-se em cooperação com a Polícia Militar de Minas Gerais acreditamos que o convite ao Comandante do Batalhão poderá subsidiar esta comissão parlamentar de inquérito no entendimento do *modus operandi* dos “esquemas” de desvio de recursos do DPVAT.

Conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de junho de 2016.

Dep. Raquel Muniz

PSD/MG